

O ensino de História e a resistência aos medos de falar, de ser e de dizer

Por Pedro Soares Gediel¹, Fernando Seffner²

O medo e a criação de um estado de pânico moral são eficientes ferramentas de controle social. Mesmo que não hajam leis aprovadas vinculadas ao programa do escola sem partido (a única lei estadual aprovada encontra-se suspensa pelo STF), o relato deseja analisar, a partir de experiências vivenciadas no trabalho escolar e estágios, os modos pelos quais certa mordaca na abordagem de temas sensíveis no ensino de história já vem se instalando.

O presente relato trata-se de uma escrita a partir de uma série de reflexões e inquietações que surgiram ao longo dos estágios obrigatórios, de Ensino Fundamental, de Ensino Médio e de Educação Patrimonial, do currículo de licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS) e de uma experiência de aproximadamente 1 ano atuando como bolsista de iniciação à docência do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência(PIBID), na Escola Técnica Estadual Irmão Pedro, no bairro floresta, em Porto Alegre.

Essa trajetória iniciou-se no primeiro semestre de 2016, configurando aproximadamente dois anos de experiência de sala de aula. Esse período coincide com articulação e estabelecimento do Golpe de Estado que levou à presidência Michel Temer em detrimento da presidente eleita Dilma Roussef, em agosto de 2016, assim como com o processo de desmanche de serviços e investimentos públicos essenciais e uma política de ataque sistemático aos trabalhadores e a atores sociais ligados a movimentos sociais, a partir de um anticomunismo militante latente que não era tão evidente desde a Ditadura Militar.

Dentre esses ataques aos trabalhadores, situa-se o movimento político promovido por diversos agentes da direita conservadora, idealizado pelo procurador de justiça de São Paulo, Miguel Nagib, marcado por esse anticomunismo militante, um ataque à liberdade e ao direito de aprender e ensinar chamado "Movimento Escola Sem Partido". Esse movimento objetiva combater a "doutrinação ideológica" que supostamente é promovida no ambiente escolar brasileiro, defendendo um ensino "neutro", falaciosamente considerando o status quo e a educação tradicional como ausente de ideologia e despolitizada, a verdade impassível de relativização e de problematização, preconizando que todas as versões de um mesmo conteúdo sejam

¹ Graduando em História-licenciatura, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS)

² Professor da Faculdade de Educação(FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS)

trabalhadas; além disso, um ponto fundamental desse ataque à educação, que chamarei de movimento da Escola com Mordça, uma vez que esse nome estabelece uma relação muito mais verossímil com o que o mesmo representa, é o combate incansável ao que os seus partidários chamam de "ideologia de gênero", uma forma tendenciosa de se referir à inserção dos debates sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar, que configuraria uma ameaça a outro ponto fundamental desse movimento, a educação e a leitura de mundo da família, que, supostamente, deveria ser proibida de ser questionada pelo professor.

Já estão tramitando diversos projetos de lei que são produtos do movimento das leis da Mordça, dentre eles destaca-se o Projeto de Lei(PL) 867/2015, de autoria de Izalci Lucas(PSDB), na Câmara Federal dos Deputados, que pretende alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB), objetivando incluir o programa do "Escola Sem Partido". No Rio Grande do Sul, foi protocolado na Assembléia Legislativa o PL 190/2015, pelo deputado estadual Marcel Van Hatten. Uma das principais reivindicações do movimento é tornar obrigatória "a afixação em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio de um cartaz com o seguinte conteúdo":



Cartaz proposto para ser fixado nas salas de aula pelo Movimento Escola Sem Partido. Disponível em: programaescolasepartido.org. Acesso em: 06/02/2018.

Estabelece-se, assim, um tensionamento entre a educação no âmbito familiar e no âmbito escolar, sendo a primeira, na figura do professor "doutrinador", uma ameaça latente à segunda, estabelecendo um processo de pânico moral, e para entender esse conceito utilizarei Richard Miskolci, que define o conceito criado por Cohen por

o processo de sensibilização social no qual um tipo de comportamento e uma categoria de "desviantes" são identificados de forma que pequenos desvios da norma são julgados e recebem uma forte reação coletiva. Assim, Co-

hen criou o conceito de pânico moral para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos. Em seus próprios termos, quando emerge um pânico moral (Miskolci, 2007, p.111)

Seria, então, a doutrinação um desses rompimentos do padrão normativo vigente, fazendo do professor uma ameaça à educação e formação familiar. No mesmo trabalho de Miskolci (2007), ao descrever o processo de estabelecimento do pânico moral, um trecho de Cohen parece descrever a atuação do movimento da Escola com Mordança (Miskolci, 2007, p. 111)

Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvemas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende (Cohen, 1972:9)

A ascensão do discurso conservador no Brasil, emergente em diversos setores da sociedade e assumindo diversas facetas, abriu espaço para a consolidação de uma militância anticomunista, que se dedica a erradicar diversos atores e movimentos sociais que seriam identificados com essa "ameaça comunista". Nas manifestações que foram fundamentais no golpe de Estado de 2016 diversas palavras de ordem dentro dessa lógica apareceram com grande intensidade, como as que reivindicavam uma "intervenção militar" para evitar que o Brasil "virasse Cuba", dentro desse anticomunismo que remete aos tempos de Ditadura Militar, cria-se o medo do professor que estaria educando para o estabelecimento de um modelo de sociedade contrário à ordem. É a partir dessa retomada de valores conservadores no debate público que se estabelece um quadro de pânico moral, pois, como defende Miskolci, *pânico moral nunca são espontâneos. Eles são produto da catalisação de temores já existentes na coletividade* (Miskolci, 2007, p.115).

O professor assume, nesse contexto, o papel de desviante, sendo a educação crítica e emancipadora, que visa desenvolver a autonomia e a capacidade de ler o mundo e entender a posição ocupada pelo educando na sociedade, como uma doutrinação para a dissolução dos valores que

regem a vida em sociedade, promovendo uma formação sem valores morais e que destruiria o que seriam, para os defensores da Escola com Mordaça, pilares fundamentais da ordem social estabelecida, esse processo fica muito claro em Miskolci(2007, p. 114)

A política simbólica que estrutura os pânicos morais costuma se dar por meio da substituição, ou seja, grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto, porque ele representa, na verdade, outra questão. Um exemplo é a descriminalização da homossexualidade, que obrigou àqueles que gostariam de denunciá-la como imoral a encontrar outras formas, dentre as quais se destaca o ressurgimento do temor da pedofilia.

A substituição, no caso do professor, se daria ao considerar a educação crítica e questionadora, que instrumentalize o aluno para refletir acerca de suas concepções e paradigmas, um ataque direto à instituição familiar e aos valores preconizados por ela, a ser combatido pelo tão evocado "cidadão de bem". É importante, nesse sentido, tentar entender o porquê desse combate à educação que instrumentaliza o alunado para uma reflexão crítica da sociedade, objetivando estabelecer os motivos que levaram ao ataque dos empreendedores morais desse processo, é então que se faz muito relevante o trabalho de Penna(2016), no qual o autor aponta que esse movimento de ataque à educação ignora a relação dialógica que se estabelece no ambiente de sala de aula, considerando o aluno, um refém do discurso do professor e incapaz de se posicionar, um indivíduo sem agência para refletir criticamente acerca do que se ensina. Uma amostra desse entendimento da dinâmica educacional no trecho do PL 867/2015, do deputado Izalci, onde é proposto que a Educação nacional considere o "reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado"(art. 2º, V, do PL 867/2015), considerando parte dessa doutrinação experiências claras de protagonismo político estudantil e o exercício da cidadania do alunado, como o movimento estudantil, definido pela página do movimento como

O movimento estudantil é aliado histórico dos promotores da doutrinação política e ideológica nas escolas. Sua "rebeldia juvenil" está a serviço dos partidos de esquerda, que dos bastidores o controlam há décadas, como o operador do brinquedinho ao lado.(Disponível em:<http://escolasempartido.org/movimento-estudantil>. Acesso em: 06/02/2018)

Na mesma página, em um segmento chamado "síndrome de Estocolmo", a agência do aluno também é colocada como uma impossibilidade, estabelecendo uma relação desconexa com a condição psicológica na qual o sequestro desenvolveria sentimentos de afeto, amizade ou amor por um sequestrador, sendo nessa metáfora leviana esse professor "doutrinador" um sequestrador dessa audi-

ência cativa, deixando claro que aqui a palavra cativa, não foi escolhida ao acaso, segundo site do movimento esse processo seria definido por

Vítima de um verdadeiro “sequestro intelectual”, o estudante doutrinado quase sempre desenvolve, em relação ao professor/doutrinador, uma intensa ligação afetiva. Como já se disse a propósito da Síndrome de Estocolmo, dependendo do grau de sua identificação com o sequestrador, a vítima pode negar que o sequestrador esteja errado, admitindo que os possíveis libertadores e sua insistência em punir o sequestrador são, na verdade, os responsáveis por sua situação. De modo análogo, muitos estudantes não só se recusam a admitir que estão sendo manipulados por seus professores, como saem furiosos em sua defesa, quando alguém lhes demonstra o que está acontecendo. (Disponível em: <http://escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo>. Acesso em: 06/02/2018)

Nos dois casos, fica evidente que o movimento pela Escola com Mordaça assume que toda e qualquer manifestação de protagonismo e exercício da cidadania estudantil é uma manifestação da lavagem cerebral dos professores "doutrinadores". Outro aspecto fundamental para o entendimento desse movimento que ataca diretamente a liberdade de ensino e aprendizagem é a tentativa de sobrepor a esfera privada sobre a pública na Escola. Para tanto se faz fundamental a leitura de Nicolazzi(2016) em associação com o trabalho de Penna(2016). Segundo Penna(2016, p.52), definem-se o domínio público e privado por:

O domínio público seria uma dimensão da vida social, com suas próprias normas e regras de decisão. Esse domínio não é apenas diferente do domínio privado(da família, das amizades e das conexões pessoais) e do domínio público(dos negócios, busca de lucro e relações comerciais), como também é separado deles. No domínio público, os cidadãos debatem, argumentam e negociam para definir quais são os interesses comuns, potencialmente distintos dos interesses privados. A cidadania pode ser identificada com o engajamento e compromisso com esses interesses pessoais e, por isso, exigem certa disciplina e autocontrole. Os valores necessários para esse compromisso com o domínio público não surgiriam naturalmente, mas teriam de ser construídos coletivamente, em especial através da Educação.

No anteprojeto de lei estadual(disponível em:<https://www.programaescolasempartido.org/estadual>. Acesso em:06/02/2018) disponível no site do movimento³, no qual o político interessado em promover a lei da mordaza em seu espaço de atuação tem modelos de projeto de lei em âmbito federal, estadual e municipal, e de decreto em âmbito municipal e estadual, consta:

Art. 1º. Esta Lei institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, com fundamento nos artigos 23, inciso I, e 24, incisos IX e XV, e § 3º, da Constituição Federal, o “Programa Escola sem Partido”, em consonância com os seguintes princípios:(...)

V – respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções;

Art. 3º. No exercício de suas funções, o professor:(...)

V – respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções;

Nesses trechos dos projetos das leis da Mordaza fica evidente que se reivindica um suposto direito de os pais determinarem o que deve ser ensinado pelo professor em questões religiosas e morais. A aplicação dessa lei além de extremamente antidemocrática, uma vez que os alunos estariam impossibilitados de refletir acerca de seus valores morais e religiosos e de aprender sobre outras formas de entender a moral, a religião e, conseqüentemente, o mundo, um processo fundamental para que seja combatida, por exemplo, a intolerância religiosa, um problema social gravíssimo na sociedade brasileira contemporânea, também é impossível, considerando a pluralidade infinita de percepções acerca da moral e da religião, advindas da multiplicidade de subjetividades muito particulares desses pais. Nesse sentido Nicolazzi(2016,p.84) nos dá pistas para entender o real motivo do pânico social mobilizado pelo movimento Escola com Mordaza

Estamos diante de uma perigosa projeção do espaço familiar, ou seja, do âmbito privado, sobre o ambiente amplo da sociedade, onde a dimensão pública deve prevalecer como condição fundamental para as discussões sobre o bem comum e sobre a justiça social. Em outras palavras, o que tais projetos pretendem é realizar um esvaziamento da dimensão pública do ensino e, conseqüentemente, a suposta despolitização da prática educacional

Essa sobreposição do privado sobre o público é o gerador do que talvez seja o mais preocupante elemento da Escola com Mordaza, o incentivo a pais e alunos para monitorarem os seus educadores ou dos seus filhos, tendo, in-

³Disponível em:<https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em 06/02/2018.

clusive, no site do movimento, um curto texto ensinando como "flagrar o doutrinador"⁴, além de um espaço dedicado exclusivamente a divulgar as denúncias dos pais, chamado "proteja seu filho", ambos demonstrando a posição de passividade e de incapacidade de se defender do aluno que precisaria de um tutorial para aprender a identificar que estaria sendo doutrinado, além de precisar dos pais para se defender dessa figura nefasta construída pelo discurso desse movimento de ataque à educação que é o professor doutrinador.

Na experiência de sala de aula proporcionada pelos estágios e pelo PIBID, seja atuando como professor ou como ouvinte de uma aula de um colega, tornou-se evidente que uma educação descolada da realidade é inviável e que o alunado têm, sim, ao contrário do que aparece nos projetos da Escola com Mordça, a capacidade de se posicionar e de interpretar o conteúdo ensinado a partir de suas vivências, assim como de se posicionar de forma contrária ao que defende o professor, de forma respeitosa e razoável, trazendo, fomentando um debate saudável e democrático na sala de aula. Ao se debater temáticas sensíveis como as greves que ocorreram em 2017 ou a Ditadura Militar, os alunos mostraram-se interessados em discutir diferentes pontos de vista, sabendo que o professor também carrega a sua própria vivência e um posicionamento político acerca de diversos temas. É inevitável que surjam questões da vida cotidiana, presente nos noticiários e nas páginas dos jornais, durante as aulas de história, e negar o espaço para o debate a fim de defender uma História supostamente neutra é, na verdade, configura uma postura antidemocrática e marcadamente política. Dar a determinadas formas de pensar a História o caráter de verdade, como se não fosse advinda de uma determinada leitura de mundo e negar que haja posicionamentos políticos no que está sendo ensinado é muito mais nocivo à construção coletiva e democrática do conhecimento.

Apesar de os alunos demonstrarem interesses em debater o mundo que os cerca, a ameaça fomentada pela Escola com Mordça esteja sempre presente na sala de aula, o professor que incentiva um debate crítico está sempre exposto à possibilidade de estar sendo gravado, filmado ou monitorado de outra forma para receber o estigma de doutrinador. Ainda mais preocupante é o fato de que já existem casos em que a perseguição política a determinadas práticas docentes já causou processos contra professores e até o seu afastamento, gerando um clima de medo aos demais professor. Por exemplo, a professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, Marlene de Fáveri, foi processada por uma orientanda de mestrado que afirma que sofreu perseguição religiosa da professora em questão, outro caso de clara perseguição política foi a dispensa do professor da rede pública estadual e colega do PIBID-História,

⁴ Disponível em <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>.

José Luis Morais, conhecido como Mineiro; então professor da Escola Presidente Costa e Silva, José foi dispensado da instituição onde trabalhava há 8 anos em virtude do projeto denominado "De Costa para a Ditadura" uma alusão ao nome da escola que homenageia o ditador que teve seu governo marcado pela instauração do Ato Institucional de Número 5, uma marco da institucionalização da sangrenta repressão ditatorial.

Como professor em formação, nesse contexto de perseguição política e de mobilização para tirar o debate e a instrumentalização crítica da sala de aula, me deparei com o medo de sofrer algum tipo de acusação nesse sentido, uma preocupação que se mostrou não ser uma questão particular quando, no segundo encontro das licenciaturas da região Sul(II ENLICSUL), fui indagado, por uma colega do PIBID-Letras de Santa Catarina após a apresentação de uma aula, na qual discuti as greves do ano de 2017, sobre os problemas que poderia ter gerado na Escola ou de um possível indisposição para com o corpo docente e administrativo, foi marcante a surpresa da colega quando relatei que não havia tido nenhuma reação desse tipo.

Entretanto, a experiência de sala de aula foi importante para evidenciar a importância de uma educação crítica e emancipadora no país e no mundo em que vivemos sendo, talvez, a potência de mudança que traz uma formação crítica o real motivopara os empreendedores morais mobilizarem o pânico moral que ataca a educação e a profissão do educador. Sendo assim, resistir é preciso e se faz necessário formar cidadãos capazes de reconhecer os ataques aos seus direitos conquistados, colocados em cheque não só pelo Escola Sem Partido, mas também por um projeto de desmanche do Estado e de ataque os direitos dos trabalhadores, como a reforma da presidência, a reforma trabalhista, entre outros. Ser professor se faz um ato de resistência e se faz ainda mais necessário promover o debate e a criticidade em sala de aula, se fazendo necessário resistir à perseguição política e aos medos de falar, de ser e de dizer. O ambiente escolar não é um espaço de reafirmação e de confirmação do entendimento da família sobre diferentes assuntos, mas sim um espaço de conviver com diferentes indivíduos que têm diferentes experiências e diferentes entendimentos sobre as mais diversas questões, é um espaço de educar para a vida no espaço público, e não uma extensão dos ensinamentos da esfera privada. Sendo assim, é imprescindível que seja um espaço que ensine a respeitar essas diferenças e que ensine a debater uma pluralidade pontos de vista de forma democrática, para que se possa questionar, inclusive, o discurso do professor, mas também o do padre, o da família, o do telejornal, o do deputado.

Referências Bibliográficas

FRIGOTTO, Gaudêncio. “ESCOLA SEM PARTIDO”: IMPOSIÇÃO DA MORDAÇA AOS EDUCADORES. e-Mosaicos - **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira(CAP-UERJ)**. V.5-N.9 - Junho 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/24722>. Acesso em 10/02/2018.

NICOLAZZI, Fernando. Qual o Partido da Escola sem Partido?. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, num.5, vol.3, jul/dez. 2016. Disponível em:<http://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/issue/view/2862/showToc>. Acesso em 10/02/2018.

SALEJ, Ana Paula; AMORIM, Marina Alves. O Conservadorismo Saiu do Armário!: a luta contra a ideologia de gênero do Movimento Escola Sem Partido. **Revista Artemis**, vol. XXII nº1; jul-dez, 2016. pp. 32-42. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/32142>. Acesso em 10/02/2018.

PENNA, Fernando de Araújo. PROGRAMA "ESCOLA SEM PARTIDO": UMA AMEAÇA À EDUCAÇÃO EMANCIPADORA. In: GABRIEL, Carmem Teresa; MONTEIRO, Ana Maria ; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim(orgs.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas Aulas de História**. 1. ed. Rio de Janeiro: MAUAD,2016.p.43-59. Disponível em:<https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2016/07/programa-escola-sem-partido-uma-ameac3a7a-c3a0-educac3a7c3a3o-emancipadora.pdf>. Acesso em: 10/02/2018.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu(28)**, Campinas, janeiro-junho de 2007:101-128. Disponível em:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644798/0> Acesso em 10/02/2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 590-621. Disponível em:<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em 10/02/2018.

MATTOS, Amana Rocha, et al. “Escola sem Partido” ou educação sem liberdade?. 2016. Disponível em:<http://escolasemmordaca.org.br/download/escola-sem->

partido-ou-educacao-sem-liberdade/ . Acesso em 10/02/2018.

PENNA, Fernando Araújo. **Em defesa da liberdade de expressão em sala de aula**. 2016. Disponível em: <http://escolasemmordaca.org.br/download/em-defesa-da-liberdade-de-expressao-em-sala-de-aula/>. Acesso em 10/02/2018.